



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.
009/2022/CPLO/SUPEL/RO**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 009/2022/CPLO/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0037.518910/2021-60/SESDEC/RO

OBJETO: Construção da Central de Flagrantes, localizado na cidade de Porto Velho-RO.

DATA DA SESSÃO: 11.07.2023.

HORÁRIO: 11h.

Aos **onze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às onze horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pelas **Portarias nº 05 de 16 de janeiro de 2023 e nº 56 de 05 de junho de 2023**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, contra decisão da Comissão de Licitação que desclassificou sua proposta de preços em Ata de Reunião de 22.06.2023, e disponibilizado no site endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel.

I – DAS PRELIMINARES

- 1)** Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, contra o resultado do julgamento das propostas de preços das empresas participantes no certame referente à **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 009/2022/CPLO/SUPEL/RO**.
- 2)** CONTRARRAZÕES – não houve interesse por parte das empresas participantes do certame em contrarrazoar.
- 3)** Recurso administrativo com base na [Lei Federal nº 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8666/93.htm).

II – DAS FORMALIDADES

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Aviso de Recurso ID (0039584190) e o recurso administrativo na íntegra no “site” da SUPEL – www.rondonia.ro.gov.br/supel.

III – DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que desclassificou sua proposta de preços, alegando o que segue:

1) Primeiramente, a empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO** relata que mesmo tendo sua proposta comercial desclassificada a mesma apresenta valor inferior ao apresentado pela empresa classificada em primeiro lugar, devendo, segundo a requerente, ser reconsiderada a decisão anteriormente proferida pela Comissão de Licitação, observando inicialmente, o princípio da economicidade.

2) Que mesmo apresentando proposta mais vantajosa para a administração, a mesma fora desclassificada do certame em decorrência de um erro material em dois itens da planilha.

3) Relata que a empresa **CONSTRUTORA MACIEL COM. E REP. LTDA**, que teve a sua proposta classificada em primeiro lugar, apresentou valores diferentes na carta proposta da planilha orçamentária, afirmando que o suposto erro não foi analisado pela Comissão de Licitação. Requer que "[...] caso essa Comissão entenda que o erro cometido pela empresa consistiu em mero erro material, pede-se desde já que idêntica lógica seja aplicada à Recorrente [...]".

4) A empresa requerente **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, abriu um item em seu recurso para discorrer sobre a **vedação ao formalismo exacerbado/ observância ao princípio da proposta mais vantajosa e supremacia do interesse público**. Segundo a requerente, a CPLO julgou a proposta apresentada de forma inconsistente e que o erro apresentado seria passível de correção, levando em conta que a proposta comercial ora apresentada é mais vantajosa para a administração do que a apresentada pela empresa **CONSTRUTORA MACIEL COM. E REP. LTDA**.

5) Todo recurso é pautado no argumento de que sua proposta de preços é passível de correção, mais vantajosa para a administração, e que a Comissão de Licitação incorreu em erro ao desclassificá-la. Citou inúmeras jurisprudências e doutrinas.

Sendo assim, e por todos os apontamentos acima elencados, a empresa requerente **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, **REQUER** total procedência do recurso, classificando sua proposta, com os devidos ajustes. Ainda, a homologação e adjudicação do objeto em favor da requerente.

IV – DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

Algumas considerações iniciais são necessárias, antes de adentrar na análise das razões recursais:

- O edital foi elaborado em observância às normas legais, sem apresentar exigências descabidas, restritivas ou desarrazoadas. Se o contrário fosse, teria sido objeto de impugnação ou de pedido de esclarecimento, o que não foi. Nesse sentido, todas as condições do edital foram aceitas por todos os licitantes;
- Destacamos ainda que esta Comissão de Licitação trabalha dentro dos parâmetros legais e com a maior lisura com a coisa pública.

Após analisar o recurso interposto, a Comissão de Licitação, com base no [§ 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93](#), **DECIDIU MANTER sua decisão proferida em Ata do dia 22.06.2023**, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no [art. 41, "caput"](#), vinculado as condições do edital.

Diante das alegações apresentadas pela empresa requerente **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, e ainda compulsando os autos, constatamos o que segue:

Embora, conforme salientado repetidamente no recurso ora analisado, que a empresa requerente apresentou sua proposta de preços com valor inferior ao apresentado pela empresa **CONSTRUTORA MACIEL COM. E REP. LTDA**, e mesmo assim fora desclassificada pela Comissão de Licitação por apresentar em sua Planilha Orçamentaria os **itens 6.1.8 (BOX PARA BANHEIRO EM VIDRO TEMPERADO VERDE, ESPESSURA 8MM, FORNECIMENTO E INSTALACAO)** e **6.1.14 (PORTA DE SEGURANÇA ESPECIAL DE ABRIR COM GRADE EM AÇO SAE 1045, DIÂMETRO DE 1', COMPLETA, COM TÊMPERA E REVENIMENTO - DIMENSÕES 0,90M X 2,10M)** com valor unitário superior ao exigido pela Administração Pública, com base no subitem 19.2.1 alíneas "g" do edital, que preceitua:

"19.2 - DESCLASSIFICAÇÃO DA (S) PROPOSTA (S)

19.2.1 - Examinados os conteúdos das Propostas de Preços pela Comissão, serão consideradas desclassificadas aquelas que:

[...]

g) As que apresentarem preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública."

Reexaminando a proposta de preços apresentada pela empresa requerente, a Comissão de Licitação constata que a empresa apresentou valor unitário superior ao da planilha da administração em dois itens da mesma e que, embora não haja previsão no edital, sua correção majoraria o valor global.

Comprovado o não cumprimento por parte da empresa recorrente as regras editalícias, é oportuno transcrever a lição do mestre Hely Lopes Meirelles acerca do edital, segundo o qual:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna de licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)". ("in" "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p.268).

O edital forma lei entre as partes, imputando aos participantes do processo licitatório a cumprirem à risca as normas ali impostas. A vinculação do edital está prevista no o [art. 41, §2º, da Lei 8.666/93](#), conforme o entendimento a seguir:

"Ali, fixa-se prazo para que o licitante possa impugnar os termos do edital. Expirado esse prazo, decairá o participante da licitação do direito de impugná-lo. Isto significa dizer que quem participa da licitação não pode esperar pela sua inabilitação ou desclassificação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo." (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.417).

Cabe citar, ainda:

"Frize-se, e não cabe olvidar, que o licitante poderia, na forma da legislação vigente, impugnar o edital até o segundo dia útil que antecede a abertura dos envelopes de habilitação e não o fez. Após, o direito se esvai com a aceitação das regras do certame." (STJ – RESP 402826 – SP, Relatora: Ministra Eliana Calmon).

Assim, e numa análise exclusivamente positivista, decai o direito à impugnação do edital, independente do vício existente, caso inerte o interessado até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes

Acerca da alegação de que a empresa **CONSTRUTORA MACIEL COM. E REP. LTDA**, que teve a sua proposta classificada em primeiro lugar tenha apresentado valores diferentes na carta proposta e na planilha orçamentária, informamos que o fato não é passível de desclassificação, conforme previsão editalícia constata no item 19.2. - DESCLASSIFICAÇÃO DA (S) PROPOSTA (S).

V – DA CONCLUSÃO:

Analizados os argumentos da Requerente, a Comissão de Licitação acrescenta as seguintes considerações:

Equivoca-se a requerente **B. DE ALCANTARA MOURÃO** ao pretender crer que a decisão da Comissão, totalmente amparada a vinculação do edital, com base na da [Lei Federal nº 8.666/93](#), tenha considerado sua desclassificação do certame somente em decorrência de um erro material em dois itens na planilha orçamentária, afirmando ser um simples erro formal, passível de correção, por parte da licitante não pode ser motivo suficiente de desclassificação. Exigências referentes à apresentação da proposta de preço como se tratasse de rigorismo e desvinculação do julgamento da observância do que estabelece o instrumento convocatório.

A Comissão de Licitação destaca que, constituirá motivo para desclassificação de propostas, o descumprimento de qualquer dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, ressaltando o subitem 19.2.1, alínea "g" do Edital, que estabelece a **DESCLASSIFICAÇÃO** das empresas que

apresentarem preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública.

Portanto, pelo motivo acima exposto, permanece a decisão proferida em Ata de reunião datada em 22.06.2023, mantendo desclassificada a proposta de preços apresentada pela empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO e CLASSIFICADA** a proposta da empresa **CONSTRUTORA MACIEL COM. E REP. LTDA**, cujo o valor global é de **R\$ 6.135.745,09 (seis milhões, cento e trinta e cinco mil setecentos e quarenta e cinco reais e nove centavos)**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO, aos **onze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às doze horas e trinta minutos**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Membro

WEYDER PÊGO DE ALMEIDA

Membro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espírito Santo, Membro**, em 12/07/2023, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 12/07/2023, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weyder Pego de Almeida, Membro**, em 12/07/2023, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0039893323** e o código CRC **FBD72584**.